

POLÍTICAS DE RESPONSABILIZAÇÃO, GERENCIALISMO E CURRÍCULO: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

HYPOLITO, Álvaro M.*

GANDIN, Luis A.**

O tema proposto para este dossiê advém de uma preocupação muito consistente de analistas das políticas de educação que se defrontam com ações políticas de avaliação, de gestão e de currículo, voltadas para a educação pública, que não conseguem se desprejar dos aportes neoliberais que têm sido avassaladores desde os anos 90. Ocorre que as relações entre Estado, mercado e educação, introduzidas pelas políticas neoliberais, vêm sendo aprofundadas em um nível de penetração social, institucional e econômica com fases diferentes e com nuances importantes que reconfiguram a organização do estado e da escola (BALL, 2012a; 2012b) .

A aproximação do mercado com o Estado e a educação assume diferentes facetas. Não se trata tão somente de uma privatização, tampouco da venda de produtos comerciais na educação, mas, como indica Ball (2005) é um processo mais complexo de privatização endógena e exógena, em que a primeira o estado e o setor público são mimetizados pelo privado, trazendo para a gestão pública a forma de gestão do setor privado, é uma mudança no funcionamento interno da administração. A segunda forma de privatização, exógena, há uma entrega da prestação do serviço público para a responsabilidade de instituições privadas, com ou sem fins lucrativos. Isso ocorre por meio de transferência de responsabilidades, terceirização de serviços e até mesmo da própria gestão do público (LIPMAN, 2009).

* Álvaro Moreira Hypolito é pesquisador do CNPq. Coordenador do GT-Curriculo da Anped e da Redeestrado/Brasil. Professor Associado da Universidade Federal de Pelotas. É Doutor (PhD) em Curriculum and Instruction pela University of Wisconsin - Madison. É co-editor de Currículo sem Fronteiras. Atua na área de educação, com ênfase em estudos sobre Trabalho Docente, Currículo e Gestão Educacional. Contato: alvaro.hypolito@gmail.com

** Luís Armando Gandin conta com o financiamento do CNPq em suas pesquisas sobre a Rede Municipal de Porto Alegre. É Professor de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É Editor-Chefe da revista Educação & Realidade (Brasil), Editor de Currículo sem Fronteiras (Portugal/Brasil) e Editor para Língua Portuguesa de Education Policy Analysis Archives (Estados Unidos). Seus interesses de pesquisa são Sociologia da Educação, currículo, políticas educacionais e reformas educativas. Contato: luis.gandin@ufrgs.br

Não se trata de uma privatização tradicional, mas da transformação das relações na educação e na escola em relações de quase-mercado. Este termo indica que as relações de mercado estão presentes no setor pública e na educação, porém não na forma tradicional de mercado, de compra e venda direta, mas com relações mais sutis e complexas de privatização e de submissão da educação ao capitalismo (WHITTY, 1997).

De fato essas políticas fazem parte de um contexto de reestruturação que Michael Apple (2003) tem denominado modernização conservadora, que compreende tanto a reestruturação econômica neoliberal quanto a reação conservadora em termos de radicalização do estado liberal e de crítica ao estado de bem-estar social, o que se expressa em uma aliança de direita composta por vários grupos que compreendem a educação como área estratégica para o alcance de seus propósitos. Ao questionar o estado social, questionam a qualidade da educação pública e apontam que o estado é incapaz de prover uma educação pública de qualidade e que esta precisa ser redimensionada e reorganizada para obter maior eficiência. O sentido de qualidade metamorfoseia-se em um sentido particular de qualidade, passa a significar aplicação do conceito de qualidade do mercado, que visa metas, eficiência e eficácia. É uma luta por hegemonia na educação que se expressa em lutas por significados de gestão, de currículo e de formação docente. Em uma palavra, trata-se do gerencialismo (CLARKE & NEWMAN, 1997).

O tema das políticas de responsabilização é um pouco de tudo isso. Para que essa hegemonia gerencialista tenha se tornado hegemônica, além desta aliança que descreve Apple (2003), foi preciso que vários dispositivos fossem postos em andamento para que uma mudança gerencial se processasse na educação. Para isso é preciso, nessa lógica, responder a algumas questões, tais como: como garantir uma qualidade na educação? como saber onde estão os problemas? como prestar contas para a sociedade? As respostas são simples e sedutoras: aplicar o modelo de gestão que dá certo no mercado; avaliar o sistema educacional; e aplicar exames e divulgar para todos conhecerem.

Aparentemente tudo parece muito fácil e simples. Contudo, trata-se de uma forma sofisticada de o estado regular o ensino desde longe, uma espécie de ausente presente. Foi com esta lógica que o estado vem organizando um complexo sistema de avaliação, baseado em exames padronizados, modificando diretrizes curriculares para atender aos requisitos desses exames, redirecionar a formação docente, definir índices e metas, redirecionar o financiamento da educação e demonstrar as fraquezas do magistério. O resultado de tudo isso é uma espécie de *accountability*, uma prestação de contas, uma forma de responsabilização.

No campo da pesquisa e das políticas, essa visão está baseada naquilo que se denominou *políticas baseadas em evidências*, donde também resultam as idéias de definições científicas para as políticas, de modo que tal método é científico, tais são as expectativas de aprendizagem, e daí decorrem os conteúdos e currículos capazes de atender aos requisitos dos exames padronizados.

Inúmeras pesquisas sobre a educação pública encontram diferentes evidências e orientam-se por diferentes aportes teóricos, identificando que a padronização curricular, os exames padronizados, os índices, etc., provocam um empobrecimento curricular e fragilizam o magistério e sua formação. Questionam muito a eficácia dessas políticas, buscando evidências de quão frágeis têm sido seus resultados após décadas de a educação estar submetida a tais modelos gerenciais (HYPOLITO, 2008; 2010).

Neste momento vivemos um grau elevado dessas políticas. Este dossiê pretende colaborar com as discussões em torno das políticas de responsabilização, em um sentido amplo do termo, envolvendo aspectos das políticas educativas, do gerencialismo e do currículo.

Para compor este dossiê apresentamos nove artigos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, a fim de compor uma discussão que julgamos muito atual e necessária para o debate educacional no Brasil. O primeiro artigo “Trabalho e Conhecimento: gerencialismo, trabalho e movimentos emergentes na universidade global”, de Michael Apple, autor muito conhecido e reconhecido entre nós, aborda o que vem acontecendo internacionalmente em termos de governança e os processos de trabalho nas universidades, mostrando alguns efeitos do neoliberalismo para o trabalho e os trabalhadores nesse âmbito do ensino. Insiste, o autor, ser crucial uma atenção especial aos movimentos religiosos conservadores e àquelas instituições que estão interferindo crescentemente nas políticas de conhecimento das universidades em vários países.

Na sequência, temos a contribuição valiosa de Antonio Flávio Moreira, com o tema “*As Diretrizes Curriculares do Ensino Médio no Brasil: subsídios oferecidos para o processo de sua atualização*”. O texto examina as discussões em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, partindo de uma análise que recupera a evolução das formulações e diretrizes até as atuais. Discute implicações importantes das discussões sobre o currículo neste nível de ensino e problematiza e questiona que se deva recorrer a políticas de responsabilização para se atingir um padrão de qualidade necessário no ensino de nível médio.

Os três artigos seguintes, “*Políticas curriculares e sistemas de avaliação: efeitos sobre o currículo*”, de Álvaro Moreira Hypolito e Andressa Aita Ivo, “*Políticas Gerenciais Globais e suas reverberações nas políticas locais: um exame a partir da experiência da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre*”, de Graziella Souza dos Santos e Luis Armando Gandin, e “*Avaliações externas estaduais: possíveis implicações para o trabalho docente*”, de Liliane Cecília de Miranda Barbosa e Lívia Maria Fraga Vieira, apresentam análises em que examinam as políticas de avaliação e gerencialistas operando em sistemas de educação municipais e estaduais.

O artigo de Hypolito e Ivo examina, no âmbito das reformas que emergiram nos anos 90, como as políticas de responsabilização, centradas na avaliação e no IDEB, estão presentes na gestão educacional, no trabalho docente e no currículo. O texto tem como “objetivo analisar os efeitos das políticas de responsabilização e sistemas de avaliação sobre o currículo, objeto central nas políticas educacionais, com ênfase em currículos centralizados e regulados por mecanismos de avaliação padronizada, vinculados a modelos de gestão baseados na nova gestão pública, na performatividade e em políticas de indicadores”. A pesquisa que dá origem a este artigo foi realizada em uma rede municipal de ensino do Rio Grande do Sul. Consta que as políticas de *accountability* assumem um forte poder de influência nas práticas pedagógicas e curriculares.

O artigo de Santos e Gandin estuda algumas das consequências do gerencialismo na esfera de ensino local, em particular escolas municipais de Porto Alegre. O texto mostra que esta rede de ensino teve uma história diferenciada nas últimas décadas, período em que serviu de exemplo contra-hegemônico nos embates na área de educação. Após analisa os princípios do gerencialismo e sua influência no contextos das políticas educativas e, em particular, para as escolas. Finaliza debatendo a necessidade análises complexas que permitam compreender como essas políticas gerencialistas são recontextualizadas nas política públicas.

A análise de Liliane Barbosa e Lívia Vieira está focada nas avaliações externas estaduais e suas implicações para o trabalho docente. Para isso apresenta resultados de pesquisa que avaliou este tipo de política em Minas Gerais. Os dados apontam que os programas de avaliação tem tido impacto nas práticas docentes, tais como o aumento na demanda de trabalho, a competição e a classificação entre escolas. Ademais, o texto mostra que há um treinamento dos alunos para as avaliações e uma alteração nos sentimentos dos profissionais da educação, com efeitos para sua saúde. Por fim, o artigo aponta para a necessidade de discussão sobre os impactos indesejáveis das políticas de avaliação no

ambiente escolar.

O sexto artigo, “*A adoção de sistemas privados de ensino em Escolas Públicas de Educação Infantil: reflexões a partir do perfil dos professores*”, de Theresa Adrião, Alexandra Damaso e Luciana S. Galzerano, analisa informações coletadas com professores em exercício na Educação Infantil, em 20% dos municípios paulistas com até 50 mil habitantes, que adotavam Sistemas Privados de Ensino adquiridos dos três maiores grupos em atuação no mercado. O objetivo do texto é analisar o perfil do profissional de Educação Infantil nesse contexto de uso de sistemas de ensino “terceirizados”. O estudo demonstra que os docentes iniciam a carreira tendo como referência esses “sistemas” de ensino, com resultados sobre as práticas docentes de planejamento e ensino, contudo um grupo significativo de docentes indica que esses recursos são limitados e apontam a necessidade de complementações para boas práticas.

Rosane Dias apresenta um texto sobre as “*Demandas das Políticas Curriculares para a Formação de Professores no espaço ibero-americano*”, em que trata das reformas curriculares e a formação docente, procurando mostrar como se constitui uma visão hegemônica das políticas de formação docente no contexto ibero-americano. O artigo trabalha com textos políticos que tratam das demandas curriculares para essa formação, problematizando os diferentes sentidos dessas demandas. O texto consegue demonstrar um grau de disputa importante em relação ao projetos de formação docente no contexto analisado.

Com preocupação bastante próxima, Talita Pereira apresenta o texto “*Inovação e Gerencialismo nas propostas de formação docente*”, em que são analisados os sentidos atribuídos à docência e ao ensino articulados nas propostas de formação no Brasil nas últimas décadas. O texto tem como alvo questionar em que medida essas propostas são inovações capazes de transformar escola em uma instituição mais democrática. A autora entende essas propostas como híbridos de sentidos das propostas dos movimentos dos educadores, de modo que o discurso educacional busca dar uma nova roupagem a velhas propostas que circulam há muito. O artigo conclui com a ideia de que esses discursos híbridos circulam nos contextos de produção curricular e que é possível se verificar tentativas de fixação de um único sentido mais adequado ao projeto neoliberal de sociedade.

O dossiê encerra-se com uma discussão proposta por Gustavo Fischman e Victor Diaz no texto “*Ensinar para qual América? Reflexões de professores iniciantes sobre suas escolhas profissionais e a crise econômica*”. O artigo argumenta que nos Estados Unidos as conexões entre a economia e a educação precisam ser vistas como respostas às demandas de

uma narrativa que posiciona a escola como uma instituição redentora. A pesquisa analisa narrativas de professores que atuaram no programa de licenciatura alternativa denominado *Teach for America*. Este é um programa que cada vez mais se aproxima de nós e reforça a idéia de que não é necessário que os docentes possuam uma formação específica para a docência. O texto especificamente examina como esses professores se relacionam com a crise econômica de 2008 e quais as relações que estabelecem com a influência do paradigma neoliberal em educação.

Sob diferentes enfoques e abordagens temáticas este dossiê constrói uma discussão que identifica as políticas de responsabilização e o gerencialismo como dispositivos que constroem uma perspectiva curricular em diferentes níveis do conhecimento, na universidade, no ensino médio, na escola fundamental, na educação infantil e na formação docente. Grosso modo, as políticas de responsabilização atribuem valores morais e conceituais à educação e às formas como esta deve ser avaliada e implementada no sistema público de ensino.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. **Educação à direita: Mercado, padrões, Deus e desigualdades**. São Paulo : Cortez/Instituto Paulo Freire, 2003.
- BALL, S. J. **Educação à venda**. Discursos – Cadernos de Políticas Educativas, Edições Pedagogo, 2005.
- BALL, S. J. and JUNEMANN, C. **Networks, new governance and education**. Bristol : The Policy Press, 2012a.
- BALL, S. J. **Global Education Inc. – new policy networks and the neo-liberal imaginary**. London : Routledge, 2012b.
- CLARKE, J.; NEWMAN, J. **The managerial state**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1997.
- LIPMAN, P. Paradoxes of teaching in neo-liberal time: education ‘reform’ in Chicago. In: GEWIRTZ, S. et al. (Ed.). **Changing teacher professionalism: international trends, challenges and ways forward**. New York: Routledge, 2009. p. 67-80.
- HYPOLITO, A.M. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 63-78, jan./abr. 2008.
- _____. Políticas curriculares, Estado e regulação. **Educação & Sociedade**. vol.31, n.113, p. 1337-1354, out./dez., 2010.